

Do sistema à ação, do homogêneo ao heterogêneo: movimentos fundantes dos conceitos de dialogismo, polifonia e interdiscurso / *From System into Action, from Homogeneous to Heterogeneous: Movements of the Founding Concepts of Dialogism, Polyphony and Interdiscourse*

*Michelle Dominguez**

RESUMO

Apesar de inicialmente fundamentados em uma perspectiva homogênea da linguagem – e, conseqüentemente, da enunciação e dos sujeitos – os estudos discursivos evoluíram no sentido de reconhecer uma heterogeneidade fundadora do discurso, capaz de sustentar conceitos como dialogismo, polifonia e interdiscursividade. Este artigo pretende apresentar essa evolução através de uma breve retrospectiva teórica, que vai dos atos de fala austinianos à heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz, passando pelo dialogismo bakhtiniano e pela polifonia de Oswald Ducrot. Derivados dessa virada paradigmática nos estudos discursivos, esses conceitos são considerados através de uma reflexão mais ampla, que compreende a instituição da heterogeneidade discursiva como seu fundamento.

PALAVRAS-CHAVE: Heterogeneidade; Dialogismo; Polifonia; Interdiscurso

ABSTRACT

Although originally based on a homogeneous perspective of language and, consequently, of the utterance and subjects – the discursive studies have developed toward the recognition of a discourse founding heterogeneity, which is able to support concepts such as dialogism, polyphony and interdiscursivity. This article intends to present this evolution through a brief theoretical retrospective, that covers the Speech Acts by Austin, as well as the constitutive heterogeneity of Authier- Revuz, the dialogism of Bakhtin and also through the polyphony of Oswald Ducrot. Derived from this turning point of the discursive studies, these concepts are considered by means of a wider reflection, which understands the institution of the heterogeneous discourse as its foundation.

KEYWORDS: *Heterogeneity; Dialogism; Polyphony; Interdiscourse*

* Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; michelle.alonso@gmail.com

Introdução

Apesar da diversidade de abordagens teóricas desenvolvidas desde a fundação de uma ciência linguística, os posicionamentos adotados para refletir sobre a linguagem podem ser resumidos em três paradigmas básicos: realista, mentalista e pragmático. Irmanados por uma perspectiva representacionista, os dois primeiros concebem a linguagem como instrumento de representação da realidade e do pensamento, respectivamente, ficando o sentido resguardado, em ambos, por uma relação objetiva entre a palavra e o ente por ela representado. De outro modo, a perspectiva pragmática pensa a linguagem como prática, deslocando o sentido do referido binômio para construí-lo na própria *práxis*.

Das três posições constituem-se, então, dois polos opostos que deram a tônica dos debates/embates da linguística moderna, os quais refletem uma dissociação fundadora entre o lógico e o retórico, que sempre esteve presente na história da reflexão ocidental: o lógico, observado desde as perspectivas platônica e aristotélica, centra-se na problemática da linguagem enquanto representação – concreta ou mental –, colocando a questão das condições de verdade do enunciado através de uma análise da proposição; o retórico, propriedade dos sofistas, não reconhecendo a condição de representação da linguagem, volta-se para o estudo da força persuasiva do discurso, para a apreensão da linguagem como discurso produtor de efeitos, como poder de intervenção no real.

Da Teoria da Enunciação às mais atuais abordagens da Análise do Discurso, os estudos discursivos, de modo geral, concebem a linguagem como ação de sujeitos, e, portanto, filiam-se a um discurso fundador retórico, identificado a uma perspectiva linguística pragmática. Entretanto, as sucessivas reelaborações teóricas atravessadas por esses estudos no que concerne ao seu próprio objeto – o discurso – obrigam o reconhecimento de três fases, distribuídas em um contínuo que vai de uma concepção mais homogeneizadora do discurso, entendido como entidade discreta e uniforme, até a heterogeneidade constitutiva, que percebe a multivocalidade como marca característica dos discursos.

Somente pela instituição de uma concepção heterogênea do discurso é que se possibilita a instituição dos conceitos de dialogismo e polifonia, propostos como eixo temático desta edição. Nesse sentido, entendendo que a reflexão sobre as bases teóricas

que sustentam a criação desses conceitos é prerrogativa para sua compreensão, este artigo propõe a apresentação cronológica de alguns conceitos fundantes dos estudos discursivos e, conseqüentemente, a discussão das bases teóricas em que se estabelecem.

1 A evolução dos conceitos: da lógica à retórica, do sistema à ação

Apesar de o privilégio do lógico ter sido uma constante nos estudos linguísticos, é a partir de uma abordagem mais inclinada à retórica que J. L. Austin dá os primeiros passos em direção ao estabelecimento dos estudos enunciativo-discursivos.

Em *Quando dizer é fazer* (1962), Austin parte da constatação da existência de uma oposição entre performativos e constativos, para se dedicar ao estudo da medida em que dizer algo é realizar algo. Assim, opondo-se à posição da lógica de que toda proposição é verdadeira ou falsa, a preocupação do referido autor não é mais a busca da verdade na análise da sentença, mas sim da eficácia do ato e do engajamento do falante na interação comunicativa, pois reconhecia que

[...] em qualquer circunstância de enunciação, dizer é sempre realizar três atos: 1 produzir certos sons; 2 produzir certos vocábulos (que fazem parte de um léxico) de acordo com certas construções (ou seja, uma gramática), usando uma entonação; 3 empregar os elementos do tipo 2 num sentido mais ou menos determinado, com uma dada referência, sentido e referência constituiriam uma significação. (GUIMARÃES, 2002, p.38).

Ao conjunto desses três atos, Austin chamou de ação locucional e, através dele, reconheceu a presença da ação de um locutor em toda a enunciação. Estendida ainda à identificação de uma atividade perlocucional e outra ilocucional, a Teoria dos Atos de Fala envolvia elementos como o contexto, as convenções de uso e as intenções do falante. Desse modo, além da complexidade envolvida na introdução de elementos excluídos dos estudos linguísticos até então, a colaboração de Austin para os estudos discursivos deve-se, principalmente, ao entendimento de que o uso da língua é sempre um ato, passando a linguagem a ser concebida como uma prática social concreta.

Assim como em Austin, as preocupações com o sujeito e o ato de enunciação também se inscrevem nas formulações de Émile Benveniste; nesse sentido, declara o autor:

Ao descrever há alguns anos, as formas subjetivas da enunciação lingüística, indicávamos sumariamente a diferença entre eu juro, que é um ato, e ele jura, que não passa de uma informação. Os termos performativo e constativo não apareciam ainda, mas era essa apesar de tudo a substância da definição (1991, p.298-299).

A aparente equivalência entre os teóricos se desfazia, entretanto, nos critérios adotados para a distinção dos atos. Diferentemente de Austin, que fez intervir condições “extralingüísticas”, Benveniste adota critérios exclusivamente lingüísticos e formais. E é esse formalismo que irá caracterizar a Linguística da Enunciação inaugurada por ele.

Segundo Benveniste, a transformação da língua em discurso está vinculada ao ato de enunciação, que, por sua vez, é estabelecido na relação do locutor com a língua. A enunciação é, então, entendida como o ato pelo qual um sujeito falante se apropria do aparelho formal da língua, pondo-a em funcionamento. Há nessa consideração dois desdobramentos de fundamental importância para o desenvolvimento dos estudos discursivos: o primeiro aponta para a pressuposição de um sujeito enquanto fonte do processo de conversão da língua em discurso e, o segundo, para o reconhecimento desse sujeito (da enunciação) como uma questão lingüística.

Considerando ser “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”, Benveniste (1991, p.286) trata a subjetividade como a capacidade de o locutor se propor como sujeito. Isso se dá quando, apropriando-se da linguagem, o locutor se designa como “eu”. Assim, segundo o autor, “é ‘ego’ que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo *status* lingüístico da ‘pessoa’” (BENVENISTE, 1991, p.286).

Tendo em vista o caráter dialógico da linguagem, o emprego de um “eu” está, necessariamente, relacionado à existência de alguém a quem é atribuído um “tu”. É nesse sentido que Benveniste, além de atribuir a possibilidade da linguagem à apresentação de cada locutor enquanto sujeito, vincula a ocorrência de “eu” à proposição de outra pessoa, “aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo tu e que me diz tu” (BENVENISTE, 1991, p.286).

A relação de reciprocidade implicada no duplo eu/tu estabelece uma relação de polaridade que, na perspectiva benvenistiana, configura-se de maneira assimétrica, pois, apesar de concebidos como elementos complementares, o ego tem sempre uma posição de transcendência sobre o tu. A igualdade entre os termos fica, portanto, reservada ao fato de serem, ambos, tomados como formas linguísticas “vazias” que não remetem a nenhum conceito ou indivíduo específico. São formas linguísticas das quais “cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*” (BENVENISTE, 1991, p.289).

Os pronomes pessoais, no entanto, constituem apenas o primeiro ponto de apoio para o tratamento da subjetividade, havendo, ainda, a necessidade de se referir a outras classes, definidas somente com relação à instância de discurso na qual são produzidas.

O estabelecimento do discurso depende da organização do eu/aqui/agora e também do mundo ao redor dessas coordenadas. É nesse sentido que os indicadores da dêixis, demonstrativos, advérbios e adjetivos, tendo o sujeito como ponto de referência, organizam as relações espaciais e temporais. Dessa forma, a designação dêitica constitui-se como o primeiro ponto de ancoragem do sujeito e, ao permitir dar um primeiro sentido à noção de subjetividade, ocupa o centro da problemática da enunciação.

Seguindo a proposta de Benveniste, Kerbrat-Orecchioni (1980) propõe, a partir de um duplo deslizamento teórico sofrido pelo termo “enunciação”, a consideração de duas formas de conceber a linguística da enunciação, uma “ampliada” e a outra “restringida”. Para melhores esclarecimentos sobre essa dupla concepção, vejam-se as palavras da própria autora:

(a) Concebida em forma ampla, a linguística da enunciação tem como meta descrever as relações que se tecem entre o enunciado e os diferentes elementos * constitutivos do marco enunciativo.

(b) Considerada em sentido restritivo, a linguística da enunciação não se interessa mais que por um dos parâmetros constitutivos do marco enunciativo: o falante-escritor. Esta é a atitude que adotaremos aqui, ao menos no que concerne à maior parte de nosso estudo. (1980, p.41-42).

* Tais elementos incluem tanto os protagonistas do discurso quanto a situação de comunicação (circunstâncias espaço-temporais e condições gerais da produção/recepção da mensagem).

Apesar de reconhecer uma linguística da enunciação “ampliada” a todos os elementos que constituem o ato enunciativo, ao posicionar-se em uma concepção “restritiva”, a autora associa-se à perspectiva benvenistiana, centralizando a problemática da enunciação, e, conseqüentemente, da subjetividade, na observação do locutor.

Quanto a essa aproximação teórica, tem-se, ainda, a presença marcante de um certo formalismo nos estudos de Kerbrat-Orecchioni, que define a “sua” problemática da enunciação como sendo “a busca dos procedimentos lingüísticos (shifters, modalizadores, termos avaliativos, etc.) com os quais o locutor imprime sua marca no enunciado, se inscreve na mensagem (implícita ou explicitamente) e se situa em relação a ele” (1980, p.43).

Como se vê, os primeiros passos em direção à constituição de uma teoria da enunciação e, conseqüentemente, do discurso, são dados pela ruptura com a concepção lógica, preocupada com a questão da vericondicionalidade das sentenças. Apesar das diferenças estabelecidas entre essas propostas, importa observar o fato de que em todas elas há a preocupação com a atividade de um sujeito enunciador, constituído no ato enunciativo individual de apropriação do sistema lingüístico.

3 Novas diretrizes: do homogêneo ao heterogêneo

Com a evolução do pensamento científico, o caráter “individualizado” que permeava os conceitos fundantes de uma teoria enunciativa passou a ser entendido de acordo com a diversidade instituída nas ciências da época. É assim que, na passagem do modernismo para o pós-modernismo, ao sujeito proposto pela epistemologia racionalista, sucedia-se um sujeito problematizado pela história, pela ideologia e pela psicanálise. Seguindo as tendências teóricas que se impunham nesse momento, os estudos lingüísticos rompiam com uma concepção de língua e sujeito vinculada à perspectiva humanista-cartesiana, para propor uma concepção permeada pela noção de heterogeneidade.

Descobertas pelo Ocidente trinta anos depois de sua publicação – os primeiros textos datam de 1920 –, as reflexões propostas por Bakhtin foram fundamentais para a

inauguração de um modo de pensar mais atento ao plural, ao multivocal, ao heterogêneo.

Entendendo a linguagem enquanto condição humana constitutiva, levando em conta sua dimensão psíquica – cuja abordagem se dá pela consciência e ideologia – e a interdiscursividade que atravessa o sujeito, Bakhtin (Volochinov) parte de uma noção de língua que tem no fenômeno social da interação verbal sua verdadeira substância, para reconhecer a importância de se considerar, de maneira ampla, os aspectos sociais como elementos constitutivos da enunciação. Nesse sentido, afirma ser, a enunciação, “um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p.121).

Desse modo, repudiando um sujeito individualizado, a questão da subjetividade passa a ser observada pelo teórico russo a partir de uma perspectiva intersubjetiva. Isto é, o que está em jogo não são mais as relações de um sujeito transcendental com a língua, mas sim de uma subjetividade marcada pela atividade ideológica e constituída na interação entre o eu e o outro. Trata-se de um sujeito social que, inserido na memória e na história, não pode ser concebido fora das relações com um outro, compreendido como constitutivo tanto do sujeito quanto das identidades.

Nessa perspectiva, a noção de “outro” não é configurada simplesmente como o contraponto exterior cuja existência é indispensável para a interação; o que se revela é o apontamento para uma dupla consideração do “outro”, entendido enquanto discurso e enquanto receptor. E sobre isso, ao trabalhar de forma pioneira com o discurso citado, o autor faz a seguinte afirmação:

Encontramos justamente nas formas do discurso citado um documento objetivo que esclarece esse problema. Esse documento, quando sabemos lê-lo, dá-nos indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na “alma” do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p.146).

A questão fundamental do dialogismo de Bakhtin está, então, construída de forma a tratar a alteridade não como multiplicidade de consciências, mas como uma relação de descentramento própria da linguagem. Sendo, portanto, instituída enquanto propriedade da linguagem, a heterogeneidade passa a constituir as reflexões desse autor sobre a enunciação e o sujeito. E é seguindo esse tipo de reflexão que outros teóricos avançam: M. Pêcheux propõe a noção de interdiscursividade, Ducrot reestrutura o conceito de polifonia e Authier-Revuz estabelece os conceitos de heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada.

Em “A Análise de discurso: três épocas” (1997), Pêcheux, sintetizando o percurso de uma análise do discurso arquitetada por ele, estabelece três fases, de modo que, na primeira, observa-se uma posição estruturalista, na qual o sujeito é determinado pelo lugar de onde fala, ou seja, do interior de uma formação discursiva concebida enquanto dispositivo estrutural fechado; na segunda, reconhecendo a necessidade de se colocar a relação da formação discursiva com seu exterior, surge a noção de interdiscurso, não havendo, entretanto, grandes alterações na concepção do sujeito; já na terceira fase, a construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos passa a ser observada no intradiscurso, constituindo-se, então, a questão da alteridade na identidade discursiva.

É nessa terceira fase que as propostas de Pêcheux se mostram compatíveis com as reflexões de Bakhtin. E sobre o que se acaba de afirmar, veja-se a seguinte citação, na qual Pêcheux e Fuchs, apesar de reconhecerem a enunciação ligada a um sujeito, não a concebem mais como um ato individual:

Se definimos a enunciação como a relação sempre necessariamente presente do sujeito enunciador com o seu enunciado, então aparece claramente, no próprio nível da língua, uma nova forma de ilusão segundo a qual o sujeito se encontra na fonte do sentido ou se identifica à fonte do sentido: o discurso do sujeito se organiza por referência (direta, divergente), ou ausência de referência, à situação de enunciação (o “eu-aqui-agora” do locutor) que ele experimenta subjetivamente como tantas origens quantos são os eixos de referência (eixos das pessoas, dos tempos, das localizações). Toda atividade de linguagem necessita da estabilidade destes pontos de ancoragem para o sujeito; se esta estabilidade falha, há um abalo na própria estrutura do sujeito e na atividade de linguagem (1997, p.174).

O que está colocado na passagem supracitada é a necessidade de se reconhecer a enunciação como um processo não só individual ou intencional, mas sim a partir de todo o processo social e histórico no qual se insere. Retomando as palavras dos autores:

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo de discurso”), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo de “tudo a que se opõe o sujeito que disse” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p.176).

O estabelecimento dessas fronteiras não pretende apenas impor uma delimitação entre o que é “selecionado” e o que não é. Através delas, não só se exclui o “não dito”, como também, e principalmente, aponta-se para o fato de a seleção ser assinalada de alguma forma. Assim, a seleção a que se referem Pêcheux e Fuchs não se restringe à simplificação de uma relação paradigmática; mais do que isso, está implicada na assunção de uma posição discursiva, pois se funda na filiação/rejeição de determinados discursos. É nesse ponto que a interdiscursividade se institui e, conseqüentemente, a aproximação com a perspectiva de Bakhtin.

Compreendendo que toda formação discursiva é associada a uma memória discursiva e se constrói a partir de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações, Pêcheux e Fuchs (1997) definem o interdiscurso como um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada a incorporar elementos pré-construídos fora dela. Nesse sentido, postulando a determinação histórica de um sentido não individual, o autor destitui o sujeito do domínio de seu dizer, concebendo-o como um sujeito-efeito, assujeitado à ação de um “outro” radical.

Diante de tais pressupostos teóricos, o sujeito enunciator é entendido como uma espécie de porta-voz de discursos que o antecedem. Isto é, ele é produzido como se interiorizasse, de forma ilusória, o pré-construído imposto por sua formação discursiva. Desse modo, a proposta de Pêcheux e Fuchs (1997) reconhece a alteridade constitutiva do discurso, mas, no que se refere à subjetividade, destina ao “eu” um papel nulo, definindo-o, basicamente, pelo assujeitamento imposto por sua posição discursiva. O

estabelecimento da heterogeneidade discursiva custa a essa proposta a anulação de qualquer responsabilidade individual do sujeito.

Como se vê, as aproximações entre as proposições teóricas de Pêcheux e Bakhtin se restringem ao reconhecimento da constituição social e ideológica da enunciação e, conseqüentemente, do caráter heterogêneo da construção interdiscursiva. E o distanciamento estabelecido entre esses autores em relação à questão da subjetividade reside, justamente, em diferentes interpretações sobre essas considerações: enquanto Pêcheux as interpreta como comprovadoras da anulação do sujeito, Bakhtin as usa para construir um “eu” entre “outros”.

Indo ao encontro das reflexões de Bakhtin sobre a constituição do sujeito, O. Ducrot constrói sua teoria da polifonia baseada na heterogeneidade. Assim, apropriando-se do conceito bakhtiniano de polifonia, o estudioso vai demonstrar como funciona o princípio do dialogismo no nível do enunciado.

Definindo a enunciação como o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado, Ducrot (1977) estabelece um conceito de enunciação não remetido ao sujeito. Dessa forma, coloca-se na posição de construir toda uma teoria do sujeito e da enunciação como representação que os enunciados trazem de sua enunciação.

A partir dessas proposições, a existência de uma fonte e de um alvo não é mais concebida como inerente à enunciação, passando, pois, a ser conferida entre as qualificações que o sentido do enunciado atribui à enunciação. Isso porque, apesar de a enunciação ser, de um ponto de vista empírico, a ação de um único sujeito falante, a imagem que o enunciado constrói se constitui em uma hierarquia de falas. Portanto, é o sentido do enunciado o responsável pela atribuição de um ou vários sujeitos que seriam sua origem, os quais Ducrot distingue em três categorias: autor, locutor e enunciador.

Segundo essa perspectiva, o autor é concebido como o sujeito falante empírico que produz o enunciado. Tratando-se apenas de um agente psico-físico-fisiológico da ação de falar, o autor não é, então, concebido como categoria linguística, e, desse modo, não constitui interesse para o estudo enunciativo.

De outra forma, o locutor é concebido como um ser que é apresentado pelo enunciado como seu responsável e que, não necessariamente, é assimilado ao autor real. O aparente paradoxo que se configura nessa perspectiva é desfeito pelo reconhecimento de que, diferente do autor, o locutor é um ser discursivo que só se estabelece no sentido

do enunciado; é a ele que o pronome eu – assim como as outras marcas de primeira pessoa – se refere.

Para além das diferenças entre o locutor e o sujeito falante, Ducrot propõe ainda que nem todas as enunciações se constituem como produtos de uma subjetividade individual. Nesse sentido, afirma:

A presença de marcas de primeira pessoa apresenta a enunciação como imputável a um locutor, assimilado à pessoa à qual remetem, entretanto há a possibilidade de fazer aparecer, em uma enunciação atribuída a um locutor, uma enunciação atribuída a um outro locutor (1987, p. 184).

Desse modo, a partir da noção de locutor, devem-se distinguir mais duas: o “locutor enquanto tal”, assinalado por (L), e “o locutor enquanto ser do mundo”, cujo sinal é determinado por (λ). Enquanto L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente a partir desta propriedade, λ é uma pessoa “completa” que, entre outras propriedades, possui a de ser a origem do enunciado. Entretanto, deve-se ressaltar que tanto L quanto λ são abordadas por Ducrot como seres do discurso cujo status metodológico é totalmente diferente do sujeito falante empírico. Ainda na tentativa de esclarecer as diferenças entre L e λ , tem-se que:

O ser a quem se atribui o sentimento, em uma interjeição, é L, o locutor visto em seu engajamento enunciativo. E é a λ , ao contrário, que ele é atribuído nos enunciados declarativos, isto é, ao ser do mundo que, entre outras propriedades, tem a de enunciar sua tristeza ou alegria (1987, p.188).

Diferenciando-se do sujeito que fala, mas também do(s) locutor(es), a noção de enunciador é identificada a partir da concepção de “centro de perspectivas” estabelecida por Genette¹, na qual este é referente a “quem vê”. Para Ducrot, o enunciador é a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos. Afirmando, através da comparação com os elementos narrativos, que o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor, ele define os enunciadores da seguinte maneira:

¹ Conferir GENETTE, G. *Discurso da narrativa*: ensaio de método. Lisboa: Arcadia, 1979.

Chamo de enunciadores os seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles falam é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (1987, p.192).

Enquanto ao locutor é atribuída a fonte de um discurso, as atitudes expressas nesse discurso podem se configurar através de enunciadores dos quais se aproxima ou distancia. Nesse sentido, observa-se, no papel do enunciador proposto por Ducrot, uma aproximação com a noção de posição discursiva estabelecida em Pêcheux. Deve-se, entretanto, ressaltar que essa aproximação ocorre somente no que concerne à consideração de uma posição discursiva – o que, aliás, irmana ambas as perspectivas teóricas com as propostas de Bakhtin. Enquanto em Pêcheux o sujeito é assujeitado a uma memória de ilimitados discursos, o sujeito heterogêneo de Ducrot faz intervir em seu discurso diferentes vozes, através de uma estratégia intencional e consciente. E é na reflexão entre essas concepções de sujeito que, alterando a irredutibilidade dessas propostas para permitir a consideração de uma nos termos da outra, Jacqueline Authier-Revuz insere seus estudos.

Construindo seu arcabouço teórico-descritivo a partir da articulação entre o dialogismo do Círculo de Bakhtin e as proposições de Lacan em sua leitura de Freud, a referida autora apresenta um conceito bastante específico de heterogeneidade e de presença constitutiva da alteridade como núcleo de sua concepção de linguagem, subjetividade e sentido. Nesse ponto, importa ressaltar que, apesar de estabelecer uma base composta por duas teorias com raízes e consequências bastante distanciadas, Authier-Revuz promove uma coerente aproximação entre elas através de um ponto de contato fundamental que concebe “o ‘outro’ como inalienável, por diferentes caminhos, da constituição das identidades, dos sujeitos e das formas de manifestá-los e constituí-los na e pela linguagem” (BRAIT, 2001, p.10).

Estabelecendo-se como um contraponto teórico às já referidas proposições de Bakhtin sobre os conceitos de enunciação e subjetividade, a proposta de Lacan define o “outro” de várias maneiras, instituindo algumas etapas na construção teórica em torno da alteridade. Entretanto, para efeitos deste artigo, basta a consideração de que o autor:

[...] situou a questão da alteridade, isto é, da relação do homem com seu meio, com seu desejo e com o objeto, na perspectiva de uma determinação do inconsciente. Mais do que “outro”s [freudianos], entretanto, procurou mostrar o que distingue radicalmente o inconsciente freudiano – como outra cena, ou como lugar terceiro que escapa à consciência – de todas as concepções de inconsciente oriundas da psicologia. Por isso é que cunhou uma terminologia específica (“Outro”/“outro”) para distinguir o que é alçada do lugar terceiro, isto é, da determinação pelo inconsciente freudiano (“Outro”), do que é do campo da pura dualidade (“outro”) no sentido da psicologia. (ROUDINESCO e PLON, 1998, p.558 *apud* BRAIT, 2001, p.16²).

Diferentemente de Bakhtin, a alteridade é tratada em Lacan pelo viés do inconsciente, sendo seu duplo “Outro”/“outro” construído a partir de raízes bastante diversas das propostas pelo teórico russo. É, no entanto, precisamente dessa diversidade que Authier-Revuz promove a compatibilidade entre a dimensão ideológica e a dimensão do inconsciente, não as homologando, mas sim as reconhecendo a partir de uma materialidade linguística entendida como um lugar de exposição e constituição de identidades e sujeitos.

Assim, relacionando as perspectivas de Bakhtin e Lacan, a autora questiona a unicidade de uma concepção homogeneizadora da discursividade e estabelece a enunciação como lugar inevitável de heterogeneidades ou “não-coincidências”. Para tanto, recorre à categoria lacaniana do imaginário, entendendo, conforme Flahaut (*apud* AUTHIEZ-REVUZ, 1998, p.188), que:

O véu [...] que interpomos entre o funcionamento real da fala e a consciência que tomamos dela [...] não [deve] ser considerado só negativamente, como uma pura ilusão sem medida, encobrendo a realidade: a opacidade é ela mesma uma realidade, e o que é preciso reconhecer é que o véu (com seus efeitos de ilusão), nós não poderíamos viver sem ele. Trata-se, portanto, de levar a sério o superficial, a espuma da cotidianidade, a zona de tudo o que vem conjurar o insuportável surgimento do real [...] o espaço onde são produzidos e onde circulam as mediações cuja textura funde o simbólico e o imaginário.

Instituído como inerente à constituição do sujeito humano, o imaginário possibilita a permanência da ilusão do “centro” e, dessa forma, institui-se como

² No artigo “Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo”, de autoria da própria organizadora do livro *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas* (2001), constante das referências bibliográficas do presente artigo.

instância do sujeito encarregada de assegurar a ilusão do UM para permiti-lo funcionar como não-UM. Não se trata aqui de um simples desdobramento ou descentramento do sujeito, mas sim de reconhecer na enunciação uma inevitável heterogeneidade – e conseqüente incompletude – que faz com que o sujeito, na sua ilusão de unidade e dominância, negocie com ela, localizando e delimitando o lugar do outro para circunscrever seu próprio território.

Em outras palavras, o que está proposto em Authier-Revuz é a consideração de uma constituição heterogênea da enunciação que, instituída a partir da ilusão vital do imaginário, circunscreve o sujeito entre o consciente e o inconsciente e instaura o outro como parâmetro constitutivo da própria identidade. Como se vê, ao invés de uma suposta diluição ou apagamento, esse sujeito “fala e continua no fantasma sob a forma do Ego” (ROUDINESCO, 1997, p. 42 *apud* ALTHIEZ-REVUZ, 1998, p.187).

Reconhecer a enunciação como constitutivamente heterogênea é ainda entendê-la não só segundo os parâmetros psicanalíticos pós-freudianos, mas também reafirmar sua natureza social. Ou seja, é na consideração das complexas relações estabelecidas entre interlocutores concretos, situados social e historicamente, que o imaginário intervém para constituir a subjetividade a partir da alteridade. É nesse sentido que Authier-Revuz inscreve em seus estudos as propostas de Bakhtin, cuja associação às concepções lacanianas proporciona, ao assujeitamento de Pêcheux e ao desdobramento de Ducrot, a constituição de uma subjetividade do Não-um.

Desse modo, retomando e relacionando as colocações feitas nesta seção, tem-se que, enquanto Bakhtin, privilegiando o estudo da “estética da criação verbal”, estabelece, de maneira precursora, o caráter dialógico da linguagem a partir das relações entre o “eu” e o “outro” e Authier-Revuz as relaciona com as categorias psicanalíticas de Lacan para instituir uma heterogeneidade/alteridade constituída entre a ideologia e o inconsciente, Pêcheux e Ducrot recorrem a essa concepção heterogênea de forma mais pontual: o primeiro cria o conceito de interdiscursividade, estabelecendo as relações do “universo discursivo”; e o segundo vincula a questão da subjetividade à consideração das diferentes vozes do discurso, instituídas no concerto polifônico da enunciação.

Diante de tal constatação, deve-se reconhecer que, apesar das diferentes perspectivas adotadas pelos autores, em todos a linguagem passa a ser concebida enquanto espaço de heterogeneidade. Assim, considerando a impossibilidade de se

dissociar linguagem e sociedade e, conseqüentemente, de se definir qualquer exterioridade entre os sujeitos e seus discursos, institui-se a alteridade na subjetividade, a heterogeneidade na enunciação e a consideração do interdiscurso como fundamento indiscutível para os estudos discursivos.

Considerações finais

Este artigo pretendeu, através da breve retrospectiva de estudos discursivos, identificar o fundamento de conceitos como dialogismo, polifonia e interdiscurso em uma concepção heterogênea da linguagem, do discurso e do sujeito.

Como se apontou na primeira seção, apesar do berço enunciativo estabelecer uma importante ruptura com a perspectiva lógica e inaugurar uma abordagem pragmática na Linguística, os primeiros estudos traziam uma concepção de sujeito individual, centro da produção linguística e, conseqüentemente, assimétrico em relação aos outros elementos da enunciação, estabelecendo um caráter dialógico restrito ao reconhecimento de um “tu” interlocutor da comunicação, exterior ao sujeito e ao discurso.

A descoberta ocidental dos textos bakhtinianos, em conformidade com as expectativas científico-filosóficas da época, possibilitou uma virada na concepção homogeneizadora da linguagem, fazendo com que a discussão sobre conceitos como subjetividade e enunciação pudesse abarcar toda a complexidade dos termos: enunciação passa a se estabelecer para além da circunscrição da situação imediata, considerando restrições sociais mais amplas; o sujeito, entendido como parte dessa instituição social, é então constituído pelo “outro”, que representa discursivamente. Somente quando esse “outro” – social, histórico, ideológico, psíquico – passa a ser entendido na configuração do “eu” sujeito e do próprio discurso é que se estabelece o caráter efetivamente dialógico da linguagem, realizado discursivamente através das múltiplas vozes que a constituem e modelam, de forma explícita ou não.

Dialogismo, polifonia e interdiscurso são, portanto, conceitos que, apesar de distintos, são necessariamente configurados na equivalência de uma perspectiva heterogênea da linguagem, que destitui a exclusividade do ego na subjetividade, concebendo-a pela alteridade; reconhece a presença dessas outras vozes enunciativas

como constitutivas de todo discurso; e, desse modo, é capaz de identificar filiações discursivas organizadas no sentido de se reproduzirem ou refutarem.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, M. (VOLOSHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico. Trad. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004 [1929].
- BRAIT, B. (org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1984.
- DUCROT, O. Estruturalismo e enunciação. In: *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer*. Trad. de Carlos Vogt et al. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 291-318.
- _____. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora Unicamp, 1997 [1983]. p. 311-319.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora Unicamp, 1997 [1975]. p. 163-252.

Recebido em 04/03/2013

Aprovado em 13/06/2013